



**GEOGRAFIA da**  
**PAISAGEM: múltiplas abordagens**

volume I

Organização

Valdir Adilson Steinke  
Charlei Aparecido da Silva  
Edson Soares Fialho



**caliandra**

Universidade de Brasília  
ICH - Instituto de Ciências Humanas

# Geografia da Paisagem

## Múltiplas Abordagens

Organizadores:  
Valdir Adilson Steinke  
Charlei Aparecido da Silva  
Edson Soares Fialho



Brasília - DF  
2022



### Conselho Editorial

#### Membros internos:

Prof. Dr. André Cabral Honor (HIS/UnB) - Presidente  
Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)  
Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)  
Prof. Dr. Rafael Sânzio Araújo dos Anjos (GEA/UnB)

#### Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)  
Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha);  
Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (UniversidadAutonoma de México)  
Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)  
Profª Drª Marine Pereira (UFABC)  
Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)  
Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)  
Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)



© 2022.



Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é dos autores.

[1ª edição]

### Elaboração e informações

Universidade de Brasília  
ICH - Instituto de Ciências Humanas  
Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Norte, Mesanino Bloco 01qr Campus Universitário  
Darcy Ribeiro - Asa Norte, Brasília DF CEP: 70297-400 Brasília - DF, Brasil

Contato: (61) 3107-7364 Site: ich.unb.br

E-mail: [ihd@unb.br](mailto:ihd@unb.br)

### Equipe técnica

Parecerista: Marcelino de Andrade Gonçalves

Editoração: Luiz H S Cella

Revisão: Amabile Zavattini

Capa: Maria Frizarin

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Bibliotecário XXXX - CRB X/XXXXXX

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

G345 Geografia da paisagem [recurso eletrônico] : múltiplas abordagens / organizadores: Valdir Adilson Steinke, Charlei Aparecido da Silva, Edson Soares Fialho . - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2022.  
504 p. : il.

Inclui bibliografia.  
Modo de acesso: World Wide Web:  
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.  
ISBN 978-85-93776-01-4.

1. Paisagens. 2. Geografia. 3. Ecologia das paisagens. I. Steinke, Valdir Adilson (org.). II. Silva, Charlei Aparecido da (org.). III. Fialho, Edson Soares (org.).

CDU 911.5

# APRESENTAÇÃO



... A origem, a sucessão das coisas e das ideias

Os diversos encontros entre colegas professores do magistério superior e pesquisadores vinculados as nossas instituições (ainda) públicas inevitavelmente geram conexões profissionais e pessoais (essas as mais importantes) que levam a geração de ideias e projetos, alguns se efetivam como produtos acadêmicos e tornam o trabalho mais rico e prazeroso. Um desses encontros, talvez o primeiro, foi proporcionado no ano de 2011, durante o XIV Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, organizado e realizado na UFGD entre os dias 11 e 16 de julho. Desde então, entre prosas, versos, destilados, fermentados, gastronomias e muito trabalho, vários produtos no âmbito da ciência geográfica nacional surgiram.

Uma das consequências desses diálogos foi a criação de um Grupo de Pesquisa do CNPQ, "Estudos em Dinâmica das Paisagens", fundado em 2011. Em razão das atividades desse grupo realizou-se o Seminário de Geografia (II SEGEO), no ano de 2012, na UERJ-FFP em São Gonçalo-RJ entre os dias 5 e 6 de dezembro. Na ocasião as "Dinâmicas das Paisagens" foi o tema central do seminário, que contou com a participação de pesquisadores de diversas universidades brasileiras, cita-se UFRJ, UFF, PUC-Rio, UFGD, UFV, UFMG e UERJ-FFP.

Em 2014 foi proposto e realizado o III SEGEO. O seminário foi realizado no campus Goiabeiras da UFES, na cidade de Vitória entre os dias 19 e 20 de novembro, cuja temática fora "A abordagem multiescalar dos estudos das paisagens". A edição contou com a participação de pesquisadores e pós-graduandos da UFRGS, UFES, UFV, UGMG, UFGD e UERJ-FFP. O encontro permitiu a elaboração e a publicação de uma edição especial da Revista Geografia da UFMG no ano de 2015, um dossiê com trabalhos oriundos do seminário.

Nesse caminhar passou-me estabelecer parcerias vindouras que se materializaram em publicações, participação em bancas de defesa de mestrados e doutorados, missões de trabalho e trabalhos de campo, oferta de

disciplinas em programas de pós-graduação, realização de colóquios, palestras e pequenos workshops.

Entre as ideias das conversas informais, algumas sempre surgem com recorrência, entre elas a mais citada é sem dúvida a preocupação unânime com a formação dos geógrafos, especialmente na base, na graduação, mas também na pós-graduação. E neste sentido alguns aspectos estruturantes tem sido discutidos e mencionados de modo mais frequente, como, as bases epistemológicas e metodológicas, os avanços, retrocessos e estagnações de cunho conceitual, temas transversais, inserção social do geógrafo, articulações políticas necessárias, e, ainda alguns temas que são considerados como prementes de debates, como as questões climáticas e suas repercussões na sociedade, as categorias de análise da ciência geográfica.

Uma das coisas que nos chamou atenção sempre era menção para a “Paisagem”, como uma categoria de análise de grande importância para compreensão dos fenômenos geográficos no século XXI. A provocação das prosas era sempre a necessidade de um debate, de aprofundamento, do reconhecimento claro e objetivo da Paisagem e sua importância no âmbito das pesquisas realizadas pela Geografia brasileira e de outros países. O olhar sobre a paisagem no Brasil e como isso se desdobra no âmbito da análise geográfica nos parece original ou no mínimo algo híbrido que incorpora elementos e ideias originárias em tempos passados e de outros países. Em que pese o “senso comum” conjecturar que este tema já tenha sido resolvido na escola da geografia brasileira sempre ousamos pensar que não. E para que não haja dúvidas, sim, acreditamos que exista uma escola, a qual denominamos aqui de Escola da Paisagem.

Portanto, com o passar destes anos e com esse pulsar da paisagem nos debates formais (simpósios, congressos e encontros), e outros informais, ao olharmos para o cenário nacional e as conexões internacionais, vislumbramos há algum tempo a possibilidade da organização de um material para além de nossos artigos e/ou orientações (teses e dissertações) que pudesse contribuir nesse debate. Um material que pudesse reunir em um primeiro momento trabalhos de grupos de pesquisas cuja temática Paisagem se dá como eixo propositor.

Pois bem, os tempos passam, as ideias persistem e a oportunidade de aglutinar efetivamente surge no ano de 2020, durante um marco histórico

da humanidade, a pandemia desencadeada pela sindêmia, a qual nos colocou em uma situação de vulnerabilidade digna de nossa existência insignificante. A pandemia SARS CoV-2/COVID-19 nos trancafiou e assolou sobre a sociedade os sentimentos mais obscuros de medo e insegurança, nos exigindo ainda, seguir adiante via as conexões com os amigos (não apenas colegas), pois foi neste momento de dificuldade que esta obra surge, como um necessário folego para nos fazer sentirmos vivos e lutar, contra o vírus (biológico) e o vírus mais letal (a negligência política).

Obviamente que ao lembrar dos nomes que poderiam compor esta obra (hoje Volume. 1.) a dúvida era sempre a mesma: Será que o colega irá aceitar o convite neste momento difícil? E com uma lista significativa em mãos fomos aos convites, com otimismo e a coragem de fazer dar certo. As respostas todas positivas, indicavam que sim, todos precisavam de folego, de algo para contribuir, de um modo (insipiente) de interagir com outros e tantos também isolados.

A ideia inicial foi plantada, com um horizonte temporal digamos que audacioso para uma obra sem nenhum tipo de financiamento, a qual inclusive tinha como ponto central a disseminação em meio digital e gratuito para todos iniciamos esse projeto. Por óbvio que o processo de trabalho remoto gerou inúmeros desafios e estes impactaram nos prazos originais, no entanto, tivemos sempre a compreensão dos colegas de entender o desafio inicial e o propósito finalístico desta obra. Afinal uma obra destas não tem o propósito de atender a processos produtivos na academia, tem como finalidade dar vazão aos trabalhos desenvolvidos nas diferentes regiões do Brasil e com convidados ilustres do estrangeiro, colegas da Espanha, Portugal e Cuba.

... A Paisagem na sua multifacetada forma, o fazer

Este livro, na forma de coletânea, se inclui, como descrito nos primeiros parágrafos, em um processo de esforço em pensar sobre a dimensão da paisagem, no âmbito da ciência geográfica e num segundo momento apresentar estudos de caso sobre as modificações produzidas pela sociedade sobre a paisagem. O leitor perceberá que temas contemporâneos e de significância estão presentes, o antropoceno, unidades de conservação, geopa-

patrimônio, patrimônio natural, técnicas de sensoriamento remoto, cartografia das paisagens, mapas mentais, Turismo, Ecologia da Paisagem, gestão do território e as paisagens climáticas.

A escolha dos capítulos foi norteada pela necessidade inicial de apresentar um debate teórico sobre a Paisagem, que pode ser concebida, como conceito ou método, ou como uma narrativa ou forma de leitura do mundo. O livro é assim composto por dezenove capítulos, com a contribuição de três trabalhos de pesquisadores internacionais, de Portugal (Universidade do Minho), Cuba (Universidad de Havana) e da Espanha (Universidad Autónoma de Madrid), e, de pesquisadores sêniores e pós-graduandos de oito universidades brasileiras distribuídas por quatro regiões, a saber: duas no sul (UFSM e UFRGS); quatro no Centro-Oeste (UFGD, UnB, UFMS e UFG); uma no Nordeste (UFPB) e uma no Sudeste (UFV). Soma-se ainda dois capítulos escritos por pesquisadores da Embrapa-Cerrado e do IBAMA.

De um modo ou de outro, os autores desta coletânea, sob diferentes perspectivas, apontaram a importância do estudo e do debate acerca da Paisagem no atual contexto de transformação intensa da superfície terrestre, reafirmando o conhecimento com uma arma indispensável no enfrentamento e na superação dos problemas vividos pela sociedade, não apenas do Brasil, mas, de certa forma do Mundo.

Acreditamos que abrangência e a profundidade dado a questão da Paisagem em diferentes dimensões torna esta obra uma contribuição para professores, graduandos e pesquisadores das áreas das ciências humanas, biológicas, para aqueles que se dedicam em compreender a complexidade da Paisagem. Esse convite, o convite a leitura, se estende aos profissionais dos mais variados organismos sociais, que reconhecem que o processo de organização e gestão do território perpassa pelo imperativo de compreender e desenvolver melhores maneiras de gerir, monitorar, perceber, sentir e analisar a Paisagem, como parte de um procedimento estratégico para a construção de um Mundo mais justo.

Aquele que ousar, se predispor a se dedicar a leitura dos capítulos desta obra, buscando não apenas se aventurar pelo tema, mas compreender o mesmo, perceberá que a Paisagem é um mosaico, com formas, cores, gosto, odores e dinâmicas geobiofísicas, que passam a ser composições, mas também de expressão singular e plural do ser no e do mundo. Isso é por demais Geográfico e de grande interesse para o século XXI.

... O pensar, aquilo que virá

Quando o projeto do livro foi pensado a informalidade e a vontade do fazer eram as tónicas postas. Vê-lo pronto surge o contentamento e a satisfação da realização - essencialmente por ser uma obra coletiva.

No cenário seguinte está a responsabilidade atribuída a nós (organizadores) pela continuidade daquilo pensado; no caminhar e no desenrolar do fazer e do fazimento percebemos que o livro não se esgota, pelo contrário, deixa em aberto anseios por coisas que ainda estão por vir. Nesse por vir optamos por ter o livro como Volume 1 - mesmo que possa inicialmente parecer uma pretensão.

Na audácia e na vontade de coisas, no pensar da organização da coletânea, nos instigou a deixar a possibilidade de outros volumes; como uma porta aberta, um lugar de acolhimento aos grupos de pesquisa e pesquisadores que se dedicam ao estudo da Paisagem. O contexto institucional presente no selo Caliandra do Instituto de Ciências Humanas da UnB de fato nos permite pensar que outras contribuições, outros livros, podem vir nos próximos anos; há o desejo para que isso aconteça, e, como sabem, o verbo desejar antecede o verbo fazer.

... Para finalizar

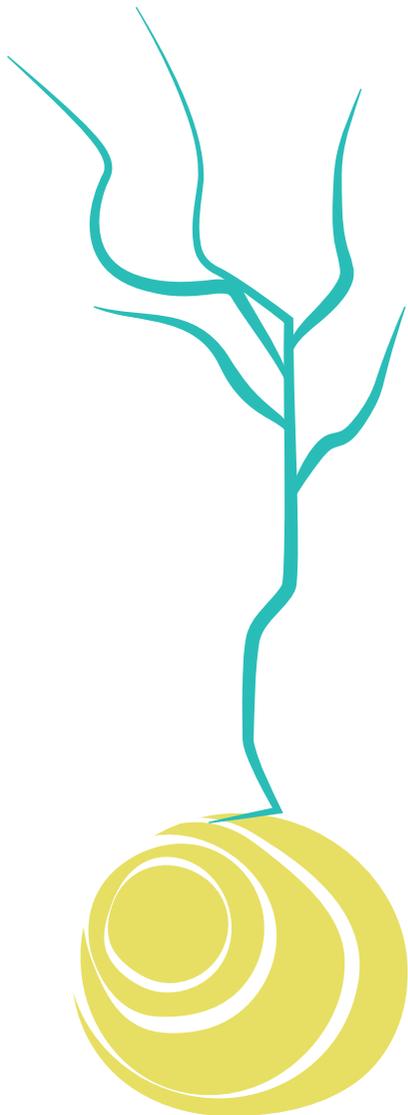
Agradecemos as autoras e autores que acreditaram no projeto, por dedicarem-se na escrita e na revisão dos capítulos, por compreenderem os desafios envolvidos em todas as etapas que antecederam a publicação do livro.

Aos leitores que chegaram até aqui, agradecemos. Que as palavras e as propostas presentes no livro venham ao encontro das expectativas individuais e coletivas que os trouxeram a leitura.

Nossos mais eloquentes agradecimentos à Profa. Neuma Brilhante, diretora do Instituto de Ciências Humanas da UnB; à equipe editorial do selo Caliandra e ao Departamento de Geografia da UnB.

## Os organizadores

VALDIR ADILSON STEINKE  
CHARLEI APARECIDO DA SILVA  
EDSON SOARES FIALHO



Obra concluída entre verões e invernos  
Entre outonos e primaveras  
Na distância e na intimidade  
Na crueldade da pandemia  
No afeto da amizade fraterna

Por isso a poesia:

### **Distância**

Querer voltar e não poder  
Querer ir ao encontro  
E ter que ficar  
A quilômetros, milhares deles  
Distante

(Poema de Gigio Sartori)

# SUMÁRIO



PREFÁCIO _____	.15
A PAISAGEM NA GEOGRAFIA FÍSICA OU PAISAGEM E NATUREZA	
DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY _____	.18
CONTRIBUTO DA GEOGRAFIA PARA OS ESTUDOS DA PAISAGEM EM PORTUGAL	
ANTÓNIO VIEIRA _____	.36
ECOLOGIA DA PAISAGEM E GEOGRAFIA	
CARLOS HIROO SAITO _____	.56
PAISAGENS ANTROPOCÊNICAS: Uma Proposta Taxonômica	
ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ _____	.80
DAS PAISAGENS ORIGINÁRIAS ÀS PAISAGENS ANTROPOGÊNICAS: As Unidade de Conservação da Natureza Como Testemunho de um Percurso	
VALDIR ADILSON STEINKE GABRIELLA EMILLY PESSOA SANDRA BARBOSA _____	.107

## PAISAGEM E PATRIMÔNIO NATURAL: Conexões Históricas e Conceituais

JOMARY MAURÍCIA L. SERRA

VALDIR ADILSON STEINKE\_\_\_\_\_ .131

## TURISMO DE NATUREZA, ECOTURISMO, NATUREZA E PAISAGEM: Imbricativos Conceituais

CHARLEI APARECIDO DA SILVA

PATRÍCIA CRISTINA STATELLA MARTINS\_\_\_\_\_ .158

## A PAISAGEM DA CIDADE PELOS MAPAS MENTAIS: Possibilidades e Percursos na Construção de Uma Leitura Especial Crítica

DENIS RICHTER

IGOR DE ARAÚJO PINHEIRO\_\_\_\_\_ .185

## CARTOGRAFIA DE PAISAGENS: Fundamentos, Tendências e Reflexões

LUCAS COSTA DE SOUZA CAVALCANTI

ADALTO MOREIRA BRAZ

CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA\_\_\_\_\_ .207

## ESTUDOS DE PAISAGEM E SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS: Para Além da Representação Cartográfica

EDILSON DE SOUZA BIAS

ABIMAEI CEREDA JUNIOR

RÔMULO JOSÉ DA COSTA RIBEIRO\_\_\_\_\_ .233

## ANÁLISE DA PAISAGEM POR MEIO DE SENSORIAMENTO REMOTO

EDSON EYJI SANO

DANIEL MORAES DE FREITAS\_\_\_\_\_ .262

## EL PAISAJE Y LA GESTION DEL TERRITORIO

EDUARDO SALINAS CHÁVEZ\_\_\_\_\_ .287

## ESTUDOS DE PAISAGEM NA CONTEMPORANEIDADE: Da Paisagem ao Projeto de Planejamento e Gestão Territorial

ROBERTO VERDUM

LUCILE LOPES BIER

LUCIMAR DE FÁTIMA DOS SANTOS VIEIRA

EBER PIRES MARZULO\_\_\_\_\_ .315

## PAISAGEM FLUVIAL E O GEOPATRIMÔNIO

KAREN APARECIDA DE OLIVEIRA

VENÍCIUS JUVÊNCIO DE MIRANDA MENDES

VALDIR ADILSON STEINKE\_\_\_\_\_ .340

## ÍCONES DE PAISAGEM: Um Conceito em Construção

BRUNO DE SOUZA LIMA\_\_\_\_\_ .357

## GESTIÓN EDUCATIVA EN UN ANÁLISIS E INTERPRETACIÓN DE UN PAISAJE KÁRSTICO MEDITERRÁNEO

ALFONSO GARCÍA DE LA VEGA\_\_\_\_\_ .384

## GEOSSISTEMA CÁRSTICO E GEOECOLOGIA DA PAISAGEM

RAFAEL BRUGNOLLI MEDEIROS\_\_\_\_\_ .414

PAISAGEM E COBERTURA VEGETAL:  
Da Generalização às Especificidade da Caatinga

DR. BARTOLOMEU ISRAEL DE SOUZA  
MSc. JOSEILSON RAMOS DE MEDEIROS  
DR. RUBENS TEIXEIRA DE QUEIROZ\_\_\_\_\_

.439

NUVENS, NÉVOAS E NEBLINAS:  
DESCORTINANDO PAISAGENS CLIMÁTICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA

EDSON SOARES FIALHO\_\_\_\_\_

.460

SOBRE OS AUTORES\_\_\_\_\_

.496

# TURISMO DE NATUREZA, ECOTURISMO, NATUREZA E PAISAGEM: IMBRICATIVOS CONCEITUAIS

Charlei Aparecido da Silva

Patrícia Cristina Statella Martins



## O PREAMBULO, HÁ DE HAVER

No poema *Becos de Goiás*, da poetisa Cora Coralina<sup>16</sup>, encontramos, logo na primeira estrofe, uma representação do significado da paisagem que perpassa a lógica racionalista e incorpora a percepção do indivíduo, o amor e o olhar daqueles que a completam:

Becos da minha terra...  
Amo tua paisagem triste, ausente e suja.  
Teu ar sombrio. Tua velha umidade andrajosa.  
Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.  
E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia,  
e semeias polmes dourados no teu lixo pobre,  
calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo.

Iniciar este ensaio com a estrofe de um poema tem um significado específico, pois é uma maneira de introduzir a discussão a partir de duas questões que se farão presentes – delineando toda a estrutura textual e a análise dos conceitos que serão discutidos; o contraponto entre a racionalidade e a percepção, o entendimento sobre a natureza e paisagem, não no contexto clássico presente na Geografia, como tantos geógrafos o fizeram de forma clara e objetiva – concepções que estão presentes inclusive em muitas das referências utilizadas. O que buscamos é compreender a natureza e a paisagem como primordiais no âmbito do Turismo, ou, ao menos, em alguns

16 CORALINA (1997).

segmentos turísticos.

Na atualidade, há diversos segmentos e tipologias envolvendo a prática do Turismo em ambientes naturais, principalmente naqueles cujas características permanecem pouco alteradas pela atividade humana ou que permitem o resgate de um *convívio equilibrado* com a natureza. Tais práticas lembram e resgatam a vivência e a concepção de *paraísos perdidos* e/ou de conquista de *ambientes selvagens*, permitindo, assim, àqueles que se propõe a isso, transpor desafios e limites impostos pelo *mundo natural*. Mesclam, assim, racionalidades com sensações; geram percepções carregadas de subjetividades que mobilizam o *trade* e geram demandas específicas.

Nesse sentido, o presente capítulo procura discutir o conceito de Turismo de Natureza que tem na paisagem seu principal recurso e que é transformada pelo turismo em diversos níveis. Autores como Lima (2020), Martins (2018), Martins e Silva (2018), Eichenberg e Silva (2013) também se dedicaram a discutir o Turismo de Natureza. O escopo conceitual aqui discutido apresenta mais um elemento: a concepção de natureza e a suas relações com a sociedade, e, conseqüentemente, com a atividade turística.

A concepção de Turismo de Natureza e seu contexto no Turismo possui três raízes básicas: o racionalismo (onde há uma negação dos aspectos de natureza e o homem como elemento superior), o romantismo (que traz valores subjetivos perdidos no racionalismo e uma relação mais harmoniosa) e o naturalismo (com suas ideias preservacionistas e conservacionistas, o homem como responsável pelos desequilíbrios ambientais e o isolamento da natureza como o único caminho possível).

Não há como negar a importância da natureza para atividade turística, bem como as bases que sustentam o ideal de natureza na sociedade e, portanto, no Turismo. No entanto, qual o significado real da expressão *Turismo de Natureza*? O termo ainda está sendo cunhado e, somente nos últimos anos, tem sido utilizado em alguns estudos dedicados à essa temática, principalmente no Brasil. De fato, nele há uma hibridez conceitual no qual o trinômio racionalismo-romantismo-naturalismo se faz presente desde sua concepção e apropriação pelo mercado.

A pretensão aqui não é de impor um conceito único e fechado, nem de esgotar as questões e os desdobramentos que envolvem a aplicação desse conceito. A intenção é fomentar a discussão sobre um conceito cuja falta de definição *clara* e *objetiva* implica distorções que impossibilitam a prática de ações mitigadoras e a implementação de regulamentações para o planejamento da atividade turística mais eficiente e com conseqüências negativas menos intensas, sobretudo ao considerar que existe um problema

conceitual em questão, principalmente pelo uso indiscriminado do termo Ecoturismo que, de maneira inconsequente, tem sido utilizado para nomear atividades que não se enquadram nos princípios atrelados ao termo.

## **A CONCEPÇÃO DE NATUREZA NA ATIVIDADE TURÍSTICA: A NATUREZA-PAISAGEM**



A concepção de *natureza* presente na atividade turística, atualmente, decorre de uma construção social coletiva, impregnada de significação simbólica e valores mercadológicos, os quais não estão estanques nem isolados de outros valores sociais. Os valores, na verdade, decorrem de mudanças socioculturais ocorridas, no mínimo, nos últimos três séculos, e que vieram, paulatinamente, a alicerçar e a possibilitar uma condição de maior suscetibilidade da sociedade para a inclusão da *natureza* em diversas esferas, entre as quais, a da política, da educação, da economia e do lazer – área que enquadra o Turismo. Como destaca Gonçalves (1990, p. 23):

Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Assim, a concepção de natureza que permeia a sociedade ocidental e, portanto, o *Turismo de Natureza*, um dos temas centrais deste capítulo, alicerça-se em três raízes básicas: o racionalismo, o naturalismo e o romantismo. Todas essas concepções, estruturadas basicamente nos séculos XVII, XVIII e XIX, mostram as profundas relações que as sociedades estabelecem com seus ambientes ou como elas os enxergam. Sobre o assunto, Carvalho (2002, p. 40) afirma:

...muitas das sensibilidades que constituem o ideário ambiental contemporâneo poderiam ser compreendidas como herdeiras das visões que passam pela compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão, pela visão pastoral idílica do naturalismo inglês do século XVII, pelas novas sensibilidades burguesas do século XVIII, pelo romantismo europeu dos séculos XVIII e XIX e pelo imaginário edênico sobre a América.

Ou, ainda, como afirma Thomas (1996, p. 18):

Hoje em dia, não se pode abrir um jornal sem se encontrar alguma discussão exaltada sobre o abate de focas cinzentas, o corte de árvores em Hampton Court, ou a salvação de animais ameaçados. Entretanto, para entender tais sentimentos atuais devemos retornar ao início do período moderno. Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados, nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, as plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; seu direito a explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. Esses séculos produziram tanto um intenso interesse pelo mundo natural como as dúvidas e ansiedades quanto à relação do homem com aquele que recebemos como herança em forma amplificada.

No período citado por Thomas, o racionalismo científico serviu de base para a estruturação da maioria das ciências no período moderno. Foi a partir da negação dos aspectos místicos ou mitológicos da natureza que a ciência moderna se estruturou e fundamentou. Com o racionalismo, a natureza deixou de ser vista como algo ameaçador ao desenvolvimento social, e as experimentações e o raciocínio lógico permitiram compreender os processos da natureza e seus arranjos, terminando, assim, com séculos de submissão do homem ao seu meio. Segundo a ótica racionalista, a natureza passa a ser compreendida e dominada conforme os interesses sociais: é preciso compreender a natureza para, pragmaticamente, aproveitá-la como recurso – daí a necessidade de entender seus processos e arranjos, por meio da experimentação. Como destaca Lenoble (1990, p.199), “o racionalismo científico do século XIX pretendia privar para todo o sempre de uma Natureza de imaginação e de sonho”.

A ideia da natureza como recurso é, portanto, a base da sua relação com a sociedade, no racionalismo. Sob a perspectiva social, a natureza passa a ter os mais diversos significados e, acima de tudo, as mais diversas possibilidades e potencialidades de usos. Essa condição desencadeia um processo de negação de espaços que não condizem com a perspectiva de uma sociedade moderna, cujas características não se assemelham, de maneira alguma, as áreas ou espaços naturais não modificados pela ação humana. Nesse processo, as áreas urbanas e industriais passam a ter maior significado na organização social e espacial. A ideia fundamenta-se em Car-

valho (2002, p. 41), que afirma:

É nesse contexto que a cultura ilustrada se ergue como uma parede invisível a demarcar um território humano civilizado contra a natureza selvagem. É nesse momento que se constrói historicamente a representação da natureza como lugar da rusticidade, do incultivado, do selvagem, do obscuro e do feio.

A cidade, contraponto da natureza selvagem, então se apresentava como lócus da civilidade, o berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Sair da floresta e ir para cidade era um ato civilizatório. As pessoas criadas na cidade eram consideradas mais educadas que aqueles que viviam nos campos. A natureza, tida então como o Outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente.

[...] As áreas silvestres, montanhas e pântanos era tidos como os símbolos vivos do que merecia ser condenado.

Aguiar (2005, p. 11) ajuda a compreender essa proposição ao desenvolver a análise do significado da natureza no racionalismo:

[...] a natureza e as tradições passaram a ser negadas. Os espaços naturais e representativos de costumes tradicionais passaram a ser vistos como espaços não racionais. Os espaços urbanizados passaram a ser valorizados como representativos da racionalidade, soberanos em relação aos espaços naturais e rurais, sendo que estes deveriam ser dominados pelo homem e racionalizados.

O racionalismo teve como marca, então, a negação dos aspectos da natureza e a construção do *ethos* moderno de civilização, cujos valores antropocêntricos foram potencializados a níveis até então nunca registrados na história da humanidade. Essa condição subsidiou toda e qualquer forma de exploração da natureza, principalmente como fonte de matérias-primas para os processos industriais que nasciam. A conquista, cada vez maior, de áreas naturais, *selvagens*, como fonte de recursos, é a marca da modernidade instituída pelo racionalismo. O homem passa, assim, a ser visto como elemento superior e externo à natureza, capaz de entendê-la e dominá-la, como destaca, categoricamente, Gonçalves (1990, p. 51):

A natureza, ao contrário dos homens, não tem subjetividade, dizem. Portanto, pode ser estudada objetivamente e a compreensão das suas leis, dos seus processos, da ordem que a governa deve servir de ponto de referência para uma sociedade racional, livre das paixões, das ideologias e da subjetividade típica dos homens.

Em contraposição ao ideário da razão, surgiram o naturalismo e o romantismo. Para essas correntes filosóficas, os aspectos e os condicionantes da natureza deveriam ser analisados sob um outro olhar, muito além da ideia única e exclusiva de recurso. A base da contestação se apoia nos problemas derivados do pragmatismo e do utilitarismo impostos pelo racionalismo, principalmente no que diz respeito à relação do homem com a natureza após a Revolução Industrial, problemas que, atualmente, denominamos impactos ambientais, muitos, inclusive, previstos nas legislações federal, estadual e municipal.

O Romantismo, que surgiu a partir da metade do século XVII e se estendeu até a primeira metade do século XIX, tinha como preocupação resgatar tradições culturais, características nacionais, perspectivas sentimentais no plano individual e coletivo, destacando a personalidade, a sensibilidade, a emoção e os valores subjetivos perdidos durante a implementação do racionalismo científico. Ele incorporou a subjetividade e o olhar sobre a natureza, então, ganhou nova essência, prevalecendo, assim, uma visão otimista da relação do homem com a natureza. A contemplação, o conhecimento empírico, a valorização da natureza como fonte primária da vida ganharam uma nova conotação e passaram a estabelecer possibilidades até então inconcebíveis.

Surgindo na forma de uma reação ao sistema capitalista nascente e à uniformidade pragmática racionalista, o Romantismo tratava da natureza que circundava a sociedade e da natureza interna ao homem. Ele deveria refletir sobre como os aspectos naturais o influenciavam e sobre a capacidade desses em contribuir para os sentimentos e a interioridade humana. Tinha-se, assim, um homem capaz de se livrar dos condicionantes impuros presentes na sociedade. O indivíduo romântico, dessa maneira, refletiria a individualidade orgânica da natureza e a individualidade singular do ser humano.

Marilena de Souza Chauí ao prefaciá-lo Rosseau (ROSSEAU 1999, p. 14 e 15) o maior representante do Romantismo, declara:



O retorno à pureza da consciência natural é o dever fundamental de todo homem, segundo Rousseau.

[...] O sentimento como instrumento de penetração na essência da interioridade é outro dos elementos estruturais do pensamento de Rousseau. Núcleo central de todo pensar filosófico, constituiria a chave com que se pode compreender toda a Natureza e alcançar misticamente o próprio infinito. Deixar de lado as convenções da razão civilizada. E imergir no fundo da Natureza através do sentimento significa elevar-se da superfície da terra até a totalidade dos

“seres, ao sistema universal das coisas, ao ser incompreensível que a tudo engloba”. Percebido o espírito nessa imensidão, o indivíduo não pensa, não raciocina, não filosofa, sem voluptuosidade, abandonando-se ao arrebatamento, perde-se com a imaginação no espaço e lança-se ao infinito. Essa imersão mística no infinito da Natureza equivale a penetrar na própria interioridade, alcançar a consciência da liberdade e atingir o sentimento íntimo da vida, com o qual o homem teria consciência de sua unidade com os semelhantes e com a universalidade dos seres. No relacionamento místico com a Natureza, segundo Rousseau, não se desfruta nada externo ao próprio indivíduo e sua existência; durante o lapso de tempo em que recorre a relação, o homem basta-se a si mesmo, como se fosse Deus.

A idéia de que os sentimentos místicos da Natureza não podem ser separado do sentimento de interioridade pessoal constitui aquilo que se costuma chamar o espírito “romântico” de Rousseau. Vendo a natureza como fonte de felicidade humana, revelando ao máximo a carga mística de sua vivência e formulando a concepção de que ela só pode ser compreendida pelo sentimento e não pela razão, Rousseau desempenhou papel original dentro da filosofia do século XVIII.

Ou, ainda, como destaca Carvalho (2002, p. 50):

No campo filosófico, Rousseau é o pensador do século XVIII que, marcado pela valorização da natureza e do homem natural, encarna de modo singular essa conexão entre as novas sensibilidades e o espírito romântico. Na contracorrente do iluminismo, que via a natureza como matéria exterior ao sujeito humano e objeto do conhecimento pela razão, Rousseau valoriza a natureza como dimensão formadora do humano e fonte de vida que se apreende principalmente pelos sentimentos, incluindo-se aí também as experiências penosas que a educação da natureza tem a ensinar aos humanos. A visão da natureza como ideal de perfeição degenerado pela ação humana que se exerce contra a ordem natural é exemplar de uma sensibilidade romântica.

Desse modo parece conveniente afirmar que o Romantismo alimentava o anseio por uma experiência alternativa, muito além daquela proporcionada pelo ideal de modernidade, presente no *ethos* urbano. Ele colocava em discussão o caráter utilitarista da sociedade e sua capacidade predatória, buscando construir, a partir da negação da modernidade, um *ethos* ligado ao campo, pelo qual, a relação homem-natureza seria mais harmônica e, em última instância, a relação do homem com o homem, mais justa e equidis-

tante.

A visão naturalista, ao contrário da romântica, pouco acreditava na subjetividade e, em alguns momentos, mantinha uma condição mais pessimista quanto à relação do homem com a natureza. Todavia, seus defensores pregavam, ao mesmo tempo, a necessidade da incorporação do mito de *arcádia*, cujo simbolismo reside na possibilidade de um convívio harmônico do homem com a natureza. Sob essa perspectiva, os estudos científicos da natureza deveriam privilegiar a compreensão dos aspectos que circundavam as cidades para estabelecer relações mais harmônicas e menos degradantes do que as registradas. Essa condição deveria ser inexoravelmente incorporada pela sociedade, a qual passaria, então, a entender que a natureza era um bem inestimável, um presente dado pelo *Criador*, cuja benevolência permitiu ao homem o seu contemplar e convívio (Carvalho, 2002, p. 41-42).

Essa corrente, nascida na Inglaterra vitoriana, passou a influenciar, circunstancialmente, as pesquisas científicas elaboradas nos séculos XVIII e XIX, sob um novo prisma: a natureza passou a ser estudada sob a ótica da possibilidade de sua finitude e erradicação. Incorporou-se, na abordagem científica, os ideais preservacionistas e conservacionistas, condição até então incompatível com a visão racionalista dominante. A visão naturalista passou a indicar e demonstrar que as relações do homem com a natureza causavam situações e problemas não condizentes com o estabelecimento de um *equilíbrio harmônico*. A sociedade humana passou a ser vista como parte integrante de um todo muito maior, cujos limites extrapolavam a área *civilizada* circundante. O homem passou a ser visto como o agente responsável pelos desequilíbrios e cabia só a ele buscar caminhos para mudanças.

Sobre o estabelecimento desses novos valores, McCormick (1992, p. 22-23) afirma, com clareza, que:

A compreensão do ambiente natural que emergiu das pesquisas dos séculos XVII e XIX afetou profundamente a visão do homem quanto a seu lugar na natureza. A era vitoriana foi um período de grande autoconfiança e segurança, embora o ideal vitoriano de civilização tenha quase sempre dependido da conquista da natureza pela ciência e pela tecnologia. O domínio sobre o meio ambiente era visto como essencial para o progresso e para a sobrevivência da raça humana. Mas uma "consciência biocêntrica" emergiu gradualmente, reforçando o restabelecimento do sentido de inter-relação entre o homem e a natureza e a aceitação de uma responsabilidade moral relacionada à proteção de natureza contra os abusos.

[...] O desejo de preservar a natureza tornou-se então implícito no estudo da mesma, e clubes e naturalistas passaram a se preocupar

com os danos infligidos tanto por seus semelhantes quanto por outros. À medida que os naturalistas aprendiam mais sobre a natureza, passaram a reconhecer seu valor e o calibre das ameaças colocadas pela atividade humana.

É oportuno frisar que a corrente naturalista tinha como fundamento o isolamento da natureza e, portanto, o afastamento do homem das áreas ainda não degradadas, como o único caminho possível para manutenção das características naturais e do *equilíbrio* que nela reinava. Com essa atitude os naturalistas pretendiam construir, no imaginário social, uma natureza sem conflitos, regida por um padrão de organização que, em última instância, deveria servir de modelo para a sociedade, o que, diga-se de passagem, demonstrava-se extremamente contraditório, haja vista os valores sociais predominantes. Essas áreas serviriam, assim, de registro, podendo a sociedade admirá-las e reverenciá-las por meio da realização de atividades que não causassem modificações significativas. Essa condição mostra-se de forma muito clara em Diegues (1996, p.62), cuja obra se tornou referência na discussão sobre a abordagem do conceito de natureza na sociedade moderna e contemporânea:

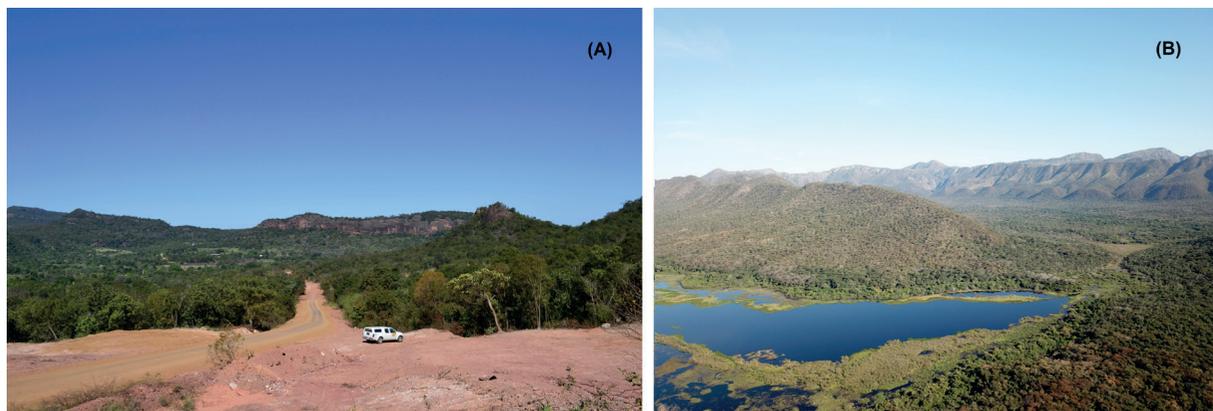
Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden.

Da mesma maneira, convém observar que as influências desses fundamentos estão presentes na estruturação do movimento ambientalista do final do século XIX e início do XX e que, ainda hoje, permeiam a base dos discursos sobre a necessidade de proteção à natureza. Os movimentos ambientalistas se institucionalizaram sob a égide e necessidade urgente da criação de áreas delimitadas e livres de ações humanas, mas, assim como no passado, os valores sociais que estruturam e, em grande parte, ainda determinam os padrões de organização espacial vigente são pouquíssimos questionados e, quando o são, ocorrem com uma superficialidade que impede qualquer mudança significativa para a alteração do quadro. Faz-se necessário registrar que apenas recentemente, nessa segunda década do século XXI, essa visão isolacionista passou a ser questionada e o papel das

comunidades tradicionais passaram a ser reconhecidos no que tange a manutenção das condições originais, na preservação e conservação dos ambientes naturais.

Portanto, a ideia de *natureza* que permeia a atividade turística na atualidade não diz respeito ao entendimento dos *processos naturais* que levam à organização e aos arranjos dos geossistemas<sup>17</sup> das áreas utilizados para sua prática e desenvolvimento. Ela não abarca o intrincado e complexo jogo de relações e inter-relações que deram origem aos ambientes explorados. O nível de entendimento, quando muito, aloca-se no resultado desse jogo, dessas relações, materializadas na forma de paisagem, vendida, pura e simplesmente como um produto turístico. A natureza-paisagem é vista, então, como um produto, a que o isolamento e ausência do homem agregam maior valor. Observa-se, assim, que a natureza observada e consumida no âmbito do Turismo é de fato a paisagem (Figura 1).

Figura 1: Representação natureza-paisagem sob as vertentes naturalista e romântico presente no Turismo de Natureza e no Ecoturismo



(A) Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul, Brasil. Arenito Aquidauana.

(B) Serra no Amolar, Mato Grosso do Sul, Brasil. Formação Urucum.

Autoria: Os autores

Nesse exercício de discutir o Turismo de Natureza, a paisagem deve

17 Para Vale (2012, p. 104), o geossistema pode ser definido como “[...] um ‘palco’ no qual pode ser percebida a inter-relação sociedade-Natureza, e que pode ser mapeado, lido e compreendido pela ótica de um geógrafo”. Para Martins (2018), o conceito ressalta a importância da ação e dinâmica antrópica na alteração da paisagem. A relação e a integração dos elementos abióticos (solo, relevo, clima, hidrografia), bióticos (vegetação e animais) além das ações antrópicas, se inter-relacionam e mantém níveis de interdependência entre si. Como a paisagem é a representação física imediata da Natureza e recurso imprescindível para o turismo, em especial para o Turismo de Natureza, optou-se por compreender e aplicar o conceito de geossistema como transversal, viabilizando assim uma análise mais sistêmica, a qual congrega e dá os mesmos níveis de importância para a relação sociedade-Natureza.

ser compreendida como um sistema aberto, definido pelos elementos que o compõem como: o relevo, a hidrografia, a cobertura vegetal e outros componentes que mantêm uma inter-relação com aspectos sociais. Nas palavras de Verdum, Vieira e Pimentel (2016), a paisagem é um conceito complexo, que está relacionado a diversos aspectos – econômicos, culturais e ambientais –, os quais se encontram em permanente relação e movimento. No caso do Turismo, a paisagem é o principal aspecto responsável pela prática da atividade, o seu recurso de maior importância, por ser um elemento motivador que indica ao turista o rompimento de sua rotina (Pires, 2013, Rodrigues, 2011; Lochmann e Panosso Netto, 2008). Nas palavras de Vieira (2008, p. 40):

[...] a paisagem impõe-se como objecto de contemplação, como unidade panorâmica capaz de desencadear o desejo de usufruto, constituindo também objecto de consumo, potenciado por uma das actividades mais dinâmicas e insaciáveis deste início de terceiro milénio, que é o turismo.

Como um produto qualquer, a *natureza*, na atividade turística, passa a ter maior significado ou demanda em grupos sociais sem possibilidade, em seu cotidiano, de manter relações diretas com áreas pouco antropizadas, equilibradas devido à baixa alteração dos processos naturais. Assim, os grandes consumidores de *natureza*, mais particularmente, do *Turismo de Natureza*, são indivíduos, em sua maioria, urbanos-industriais, que buscam nessa prática incorporar ou difundir a concepção de *natureza* que permeia a sociedade atual, com ligações intrínsecas com aos movimentos filosóficos anteriormente comentados (o Naturalismo e o Romantismo) e com aspectos ambientais incorporados nas últimas quatro décadas, pela política, cultura, economia, educação e lazer.

Dessa forma, os segmentos do Turismo que mais incorporam práticas turísticas ligadas ao Turismo de Natureza são, portanto, aqueles que excluem o convívio direto com ambientes urbanos, os quais, muitas vezes, servem somente de aporte por meio do oferecimento de serviços de hospedagem, alimentação ou agenciamento, necessários para o seu desenvolvimento. A oferta turística original, bem como, a potencialidade turística, resulta diretamente do *ambiente natural* e quase sempre de uma paisagem deslumbrante (Figura 2).

Figura 2: Representação da natureza-paisagem para o estabelecimento do Turismo de Natureza e do Ecoturismo, a racionalidade da apropriação



União autoriza cessão da Gruta do Lago Azul ao município de Bonito



CNN Brasil mostra programa de TV sobre Bonito-Serra da Bodoquena como destino para todas as idades

Fonte: Governo de Mato Grosso do Sul ([turismo.ms.gov.br](http://turismo.ms.gov.br)). Acesso: 22 de agosto de 2021.

Desse modo, não há como negar a importância da natureza para a atividade turística. No entanto, qual o significado real da expressão *Turismo de Natureza*? Quais são os segmentos do Turismo e as tipologias nele presentes? Por que há divergência clara e explícita nos termos e conceitos utilizados para definir práticas turísticas ligadas a ambientes naturais conservados? Faz-se necessário responder a tais indagações, em estudos como este. Quaisquer críticas ou resoluções de problemas derivados da implementação do Turismo, e, por consequência o Turismo de Natureza em áreas naturais, devem estar apoiadas no entendimento claro e preciso desse termo.

## TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

A discussão ora proposta permanece impregnada de contradições e divergências e, mesmo a literatura específica, seja ela nacional ou internacional, muitas vezes não é objetiva, trazendo discordâncias entre conceitos e abordagens. Aspectos acadêmicos, mercadológicos, conservacionistas e de modismos acabam por se sobreporem, impossibilitando o fortalecimento e a determinação de conceitos que fundamentariam a análise dos condicionantes envolvendo a prática turística em áreas naturais conservadas e, por consequência, a proposição de ações para minimizar os impactos negativos hoje registrados. Martins e Silva (2018), ao constatarem essas divergências, ratificaram a hipótese de que o Turismo de Natureza é uma derivação do termo turismo **na** natureza, onde está a origem daquilo que se denomina

Turismo de Natureza e Ecoturismo. Para os autores, há um problema conceitual em questão, sobretudo considerando o uso errôneo do termo Ecoturismo, seja no Brasil ou em outras partes do mundo. Martins (2018) constatou que a maioria das traduções vindas do inglês apresenta incongruências<sup>18</sup>.

Termos como Ecoturismo, *turismo brando*, *turismo de menor impacto*, *turismo ecológico*, *turismo ambiental*, *turismo de aventura*, *turismo sustentável*, *turismo alternativo* e outros são utilizados, em muitos casos, como sinônimos, o que se constitui um equívoco. Para Martins (2018, p.77), “[...] muitas atividades turísticas possuem a Natureza como base de seu produto, mas nem sempre se preocupam em conservá-la”. Apropriados pelo mercado turístico como instrumentos de *marketing* e pelas políticas públicas na forma de discursos desenvolvimentistas, esses termos, por repetição e senso comum, têm criado uma imagem distorcida da capacidade do Turismo de causar impactos negativos em seu ciclo de desenvolvimento, impossibilitando a contestação e o avanço de uma crítica mais efetiva.

Em alguns casos, o mercado turístico e o Estado, nas instâncias federal, estadual e municipal, passam a defender que as atividades turísticas desenvolvidas sob esses *rótulos* se portam como uma categoria menos impactante e capaz de salvaguardar, preservar e conservar os patrimônios naturais e socioculturais das comunidades receptoras, algo não permitido por atividades econômicas mais tradicionais como indústria e agropecuária. Tal condição não é verdadeira. Chega-se ao exagero e à ignorância de denominar-se as atividades turísticas, principalmente as ligadas à natureza, como *indústria verde*, *indústria limpa* ou *indústria sem chaminés*. Vale ressaltar que a atividade industrial não pode servir de analogia para a turística, que esse *mito* não deve e não pode continuar a ser difundido, seja em trabalhos acadêmicos, no mercado ou nas políticas públicas. Lemos (1999, p.67), ao abordar os *mitos* que envolvem o desenvolvimento do Turismo, apresenta, sobre o assunto, uma posição que cabe reproduzir neste momento:

O Turismo não é uma indústria, como popularmente costuma-se dizer. Em que isto difere? Ora, ao compreender que o processo de produção em serviços possui características específicas em relação à indústria, entende-se o quanto é importante essa classificação.

---

18 Os autores apresentam um quadro com as definições e derivações do termo Turismo de Natureza e verificam de que maneira diferentes autores trabalharam o termo no idioma de origem, o conceito e as tipologias turísticas associadas. Os autores concluem que não há consenso, um mesmo termo é utilizado de diversas maneiras; “[d]e maneira geral, Turismo de Natureza ou de naturaliza são associados a valores conservacionistas, relação com a comunidade local e relação direta com espaços naturais protegidos” (MARTINS, SILVA, 2018, p. 497).

Da mesma maneira não se pode continuar apregoando a ideia de *turismo alternativo* e Ecoturismo para toda e qualquer atividade turística envolvendo produtos ligados à natureza e realizada, predominantemente, em ambientes naturais conservados.

No Brasil, a exploração de patrimônios naturais e socioculturais para a implementação de atividades turísticas tem se demonstrado demasiadamente voraz e efêmera. Aqui, registram-se diversos casos de comunidades receptoras de fluxo turístico com impactos ambientais intensos, mas, mesmo assim, vinculadas a práticas turísticas, a *rótulos conservacionistas* e *preservacionistas*. As obras de Vasconcelos (1998), Rodrigues (1997a, 1997b, 1997c), Rodrigues (1999), Lemos (1999), Yázigi, Carlos e Cruz (1999) e Souza (2002), mesmo representando uma parcela ínfima das pesquisas produzidas sobre o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, estão repletas de estudos que demonstram e apontam esses impactos.

Apresentar um conceito que engloba as práticas turísticas que não se enquadram na perspectiva da conservação e da consciência ambiental, e que jamais deveriam ser nomeadas como Ecoturismo, é, ao nosso ver, uma agenda que deve ser priorizada. Não o fazer envolve apregoar muitas das concepções atuais, principalmente aquelas praticadas pelo mercado.

Observa-se, de fato, a estruturação de um raciocínio que envolva: a compreensão das práticas mercadológicas; os segmentos de mercado envolvidos; as potencialidades e as condições de atratividade de fluxo turístico das áreas exploradas; os produtos turísticos vendidos; e os impactos ambientais presentes no ciclo de desenvolvimento da atividade turística. Para isso consideramos fundamental o entendimento do significado de *segmento de mercado*, *tipologias turísticas* e *produtos turísticos*, para dar subsídio aquilo que aqui denominamos *Turismo de Natureza*.

## **TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO, A SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA**



Um segmento de mercado pode ser caracterizado como um conjunto de consumidores com características muito semelhantes que geram uma demanda efetiva e, por consequência, ocasionam o surgimento de atividades e produtos específicos direcionados a saciar desejos e ansiedades latentes. Os segmentos podem ser identificados a partir de características socioculturais, poder de compra, classe social, idade, atitudes e práticas de consumo.

Assim, a segmentação do mercado turístico deve ser encarada sob a perspectiva das características da demanda e da oferta, seja ela original ou agregada. Ela diz respeito ao perfil do turista e às características dos produtos vendidos e consumidos durante as relações mantidas entre esses e os prestadores de serviços, incluindo, muitas vezes, padrões comportamentais e dispositivos normatizadores de conduta.

A segmentação turística está condicionada aos serviços turísticos, às atrações, aos acessos e às facilidades disponibilizadas aos turistas, em conjunto ou individualmente; refere-se aos *arranjos* necessários para o desenvolvimento do Turismo. Como exemplo podemos citar o *turismo de negócios*, o *turismo GLS*, o *turismo da melhor idade*, o Ecoturismo e o *Turismo de Natureza*, com uma diferença primordial entre os dois últimos, que será explicada mais adiante.

A tipologia turística diz respeito aos *tipos de turismos*, às categorias de Turismo que se desenvolvem a partir de um segmento. Ela corresponde a um sistema de classificação que permite estabelecer traços e características visando identificar as atividades predominantemente desenvolvidas na prática do Turismo. Dessa maneira, dentro de um mesmo segmento turístico, pode haver duas ou mais *tipologias turísticas* envolvidas, condição muito comum quando se analisa polos receptores de fluxo turístico. É pertinente citar, por exemplo: *turismo gastronômico*, *turismo rural*, *turismo cultural*, *turismo de saúde*, *turismo náutico*, *turismo religioso*, *turismo de aventura*, *turismo de contemplação*, *turismo científico* e outros.

Os produtos turísticos, por sua vez, estão diretamente agregados às *tipologias turísticas* e correspondem àquilo que é negociado pelo mercado e adquirido pelo turista durante a realização das atividades turísticas. Formados por elementos tangíveis e intangíveis, os produtos turísticos ganham significância mercadológica, principalmente monetária, a partir do turista, pois são produzidos e formatados como base no perfil do turista que, geralmente, procura uma determinada tipologia. Em última instância, os produtos turísticos correspondem aos elementos utilizados pelo mercado para saciar os desejos dos turistas e são responsáveis, em muitos casos, pela motivação e deslocamento desses, das áreas emissoras para as receptoras. O turista dificilmente compreende o significado de segmento ou mesmo de tipologia, mas tem plena consciência do produto turístico, pois é isso que ele compra para saciar seus desejos.

A diferença entre *segmento turístico* e *tipologia turística*, portanto, reside na capacidade do primeiro de agregar, a partir de condicionantes pré-estabelecidos, atividades que caracterizam uma ou mais tipologias, as quais, por sua vez, são materializadas a partir da formatação de produtos

específicos e direcionados ao perfil do turista daquele seguimento. A clareza dessas diferenças nos possibilita tratar do tema central deste item: o entendimento daquilo que se considera Turismo de Natureza e Ecoturismo.

Essa discussão permite afirmar que Ecoturismo é um *segmento de mercado* e não uma *tipologia turística* como amplamente divulgado, principalmente pelo mercado turístico. Como segmento, ele é capaz de agregar diversas tipologias, inclusive aquelas que não tem como matéria-prima básica a natureza, ou áreas naturais que não reflitam uma condição tão primitiva. Embasa essa posição a definição oficial brasileira, criada em 1994 pela EMBRATUR conjuntamente com o IBAMA, que denomina Ecoturismo:



Um segmento da atividade turística que utiliza forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL-EMBRATUR/IBAMA, 1994, p. 19)

Na definição aparecem subentendidos os condicionantes fundamentais para sua efetivação:

- O interesse por patrimônios socioculturais e naturais, e a implementação de ações que contribuam para sua preservação e conservação;
- O desenvolvimento de produtos turísticos que valorizem os patrimônios naturais e culturais das comunidades receptoras;
- A geração de benefícios à população local a longo prazo;
- A possibilidade de educação e estudo por meio da interpretação e inter-relação com os ambientes explorados;
- A ocorrência de pouquíssimo impacto ambiental, envolvendo, assim, em sua prática, ética e responsabilidade de todos os envolvidos no processo;
- A necessidade da criação de um sistema de monitoramento contínuo e gestão participativa;
- O baixo fluxo turístico, ou seja, ser praticado por pequenos grupos de pessoas.

Esses argumentos ganham credibilidade quando Kinker (2002, p. 18-19) destaca que, para ser chamada de Ecoturismo, a atividade deve respeitar três fatores básicos: a conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora; e o desenvolvimento local e regional integrados.

Fatores defendidos também por Salvati (2002) e por outros autores que se dedicaram profundamente ao tema Ecoturismo (PIRES, 2002, CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996; FENNEL, 2002; BRASIL, 1994).

Nota-se que Ecoturismo abordado dessa forma não faz alusão específica à natureza e sim ao patrimônio natural e cultural. Ele dispõe sobre *ambiente* e, nesse caso, considera aspectos socioculturais e naturais na formação das características do local que será utilizado para sua prática, sem especificar a qualidade ambiental, ou seja, sem estipular características mínimas ou máximas de impactos ambientais mas, sim, o papel da atividade no processo de conservação dos patrimônios existentes e o desenvolvimento gerado a partir dele. Ele inclui condicionantes para sua existência e em nenhum momento remete à necessidade de desenvolvimento de produtos turísticos específicos de/ou em áreas naturais.

É verdade que essa definição não é aceita por autores como Fennel (2002), Wearing e Neil (2001), Western (1995) e McKerher (2002), cujas abordagens salientam veementemente que a base do Ecoturismo são os aspectos exclusivos da natureza e a possibilidade de sua conservação por meio de *práticas turísticas menos predatórias e impactantes*. Como ilustração e contraponto cabe citar a definição de Fennel (2002, p. 52-53):

O ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto; é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas).

Observamos que a construção dos conceitos, Ecoturismo e Turismo de Natureza, reside na abordagem de aspectos que vão além daqueles *tipicamente naturais*, na inclusão ou exclusão de segmentos e tipologias condicionados à existência de natureza em sua condição primitiva ou muito conservada e a valorização dos patrimônios socioculturais das comunidades receptoras. Como se acredita que a natureza só ganha significância a partir de concepções humanas, seria incoerente excluir os aspectos socioculturais, sejam eles das comunidades receptoras ou dos turistas, condição destacada por Faria (2002 p.06):

Quando separadas, natureza e sociedade perdem a sua materialidade e também seus significados. A história passa a ser interpretada sem a materialidade da ação, sem um espaço real. E a natureza transforma-se em uma invenção do pensamento e um conceito

abstrato. Ambos submetidos às conveniências do discurso do momento.

A atividade turística, com ou sem o prefixo *eco*, envolve valores sociais que se materializam no cotidiano de sua prática e influenciam os locais onde se realiza, assim como o contrário também ocorre. As ideias de *desenvolvimento regional, experiência, aprendizado, conservação e preservação, sustentabilidade e consciência ambientalista* só têm validade e possibilidade a partir do entendimento de que há um processo de inter-relação e dependência entre os aspectos naturais e sociais – condição discutida nos capítulos iniciais deste trabalho.

Pires (2005, p. 484), em texto cujo teor aborda o Ecoturismo sob diversas perspectivas, corrobora e fundamenta essa discussão ao apresentar as bases que possibilitaram a elaboração da proposta do conceito oficial brasileiro:

Assim, a partir do reconhecimento de que o ecoturismo implicava, antes de tudo, a opção por ambientes naturais íntegros e por manifestações culturais autênticas, mas também a afirmação dos pressupostos de responsabilidade ambiental, de compromissos conservacionistas e de envolvimento das populações locais, foi se consolidando uma base conceitual assentada em um conjunto de ideais que se consubstanciaram no que atualmente se difunde como princípios, componentes ou características do ecoturismo.

Ou, ainda, como afirmam Wearing e Neil (2001, p. 05):

Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais ou onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa tenha uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela.

Nesse contexto, considerar os aspectos socioculturais das áreas onde se desenvolve o Ecoturismo é, no mínimo, coerente com a definição oficial regulamentada na Política Nacional de Ecoturismo ao vislumbrar as possibilidades que a atividade deveria, teoricamente, proporcionar. Nas palavras de Serrano e Paes-Luchiari (2005, p. 505):

Pensar o ecoturismo pede que se vá além das práticas e proposições dirigidas exclusivamente “as viagens à natureza, para guardar coerência com sua definição “oficial” no Brasil.

A discussão e o conceito permitem inferir que pouquíssimos são os locais onde se pratica Ecoturismo no Brasil. Da mesma forma, se o quadro que motivou a elaboração da Política Nacional de Ecoturismo permanece, a estruturação de um *segmento turístico* capaz de fomentar equidade social, desenvolvimento regional e equilíbrio ecológico ainda está muito distante. A condição descrita na introdução do documento ainda persiste após mais de uma década de sua elaboração, levando a conclusão de que:



[...] o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados internos e externos (BRASIL-EMBRATUR/IBAMA, 1994, p. 19)

O conceito sofreu, nesse período, uma distorção etimológica e, como tantos outros que envolvem questões ambientais, foi apropriado pelo mercado, especificamente o turístico, e passou a servir de base para ganhos econômicos e estratégicas de *marketing*. O prefixo *eco* foi agregado aos produtos turísticos como um valor intangível e tem sido utilizado para criar imagens mercadológicas de *paraísos perdidos* e contato com a natureza, seduzindo e motivando turistas a conhecê-los e conquistá-los, como destaca Aoun (2003, p. 16):

Paraíso, conceito eleito e estudado, no turismo aciona um repertório rico em produções de imagens universais. E sinônimos como santuários, templo, Éden e origem têm sido aproveitados pelas revistas especializadas como complementos a fotografias de locais idílicos e naturais. Cuidadosamente editadas, essas publicações oferecem imagens atraentes, numa profusão de cores, a fim de despertar a atenção, estimular o interesse e potencializar, assim, o desejo que conduz ao provável consumo de seus produtos.

Ou, ainda, como destaca Serrano (2001, p. 210):

O contexto onde surge e se desenvolve o ecoturismo – mesmo em que se originam as atividades físicas na natureza, que por sua vez vão compor grande parte das viagens ecoturísticas – também nos permite associar essas duas práticas. Elas têm em comum um traço de consumo de cunho narcisista-hedonista – a busca do bem-estar e do prazer físico e mental, pela “adrenalina” ou pela contemplação – ao qual, paralelamente, coloca-se a disseminação do am-

bientalismo, que deixa de ter um caráter apenas reivindicativo de proteção de espécies e ecossistemas ou de mudanças estruturais da relação sociedade-natureza e passa a englobar debate mais gerais como direitos de minorias (sociais, raciais, religiosas, étnicas), questões de gênero e de qualidade de vida. Essa ampliação de espectro de questionamentos e âmbito de atuação do ambientalismo vai gerar, no contexto da apropriação irrestrita de praticamente todos os temas da sociedade de mercado, o desenvolvimento de produtos e “atitudes” considerados ambientalmente corretos, doravante identificados pelo rótulo de “ecológico”, dentro de estratégias de marketing nem sempre comprometidas de fato com quaisquer mudanças socioambientais.

Sob os *olhares* de uma sociedade cada vez mais passível de absorver condicionantes ambientais, influenciada por valores biocêntricos e buscando aspectos ligados a natureza, toda e qualquer tipologia turística praticada em área natural passou a ser determinada como Ecoturismo.

A mudança de “*produto turístico*” para um “*conceito de viagem*”, prevista no documento que propôs as diretrizes da política nacional de *Ecoturismo*, não se efetivou. Os componentes do conceito de Ecoturismo não foram absorvidos, muito menos por outros segmentos do mercado turístico, ao contrário, houve um distanciamento ainda maior entre a proposta e a práxis. Ao mesmo tempo, ironicamente, o conceito facilitou o encobrimento dos impactos ambientais causados nas áreas receptoras e empobreceu a discussão sobre o assunto.

À parte e à revelia do conceito de Ecoturismo, diversos destinos turísticos surgiram no território brasileiro, tendo por base a exploração de áreas naturais conservadas. Transformados em produtos turísticos, os patrimônios naturais desses destinos foram sendo incorporados ao mercado e tipologias foram surgindo na mesma proporção que os impactos ambientais.

Distante das discussões e concepções conceituais, o mercado turístico tem segmentado seus produtos a partir do perfil do turista que se identifica com aspectos da natureza. No entanto, que nome ou classificação podemos dar a esse segmento? Quais as tipologias a ele associadas? Como enquadrar esse segmento, se os impactos gerados pela atividade estão muito distantes das propostas conservacionistas e preservacionistas? Essas indagações têm instigado a articulação de um termo mais apropriado, que possibilite entender criticamente o desenvolvimento do Turismo em uma localidade a partir de sua classificação e que, ao mesmo tempo, sirva de referência para determinar se o Turismo realizado em uma área se enquadra ou não nos condicionantes previstos no Ecoturismo.

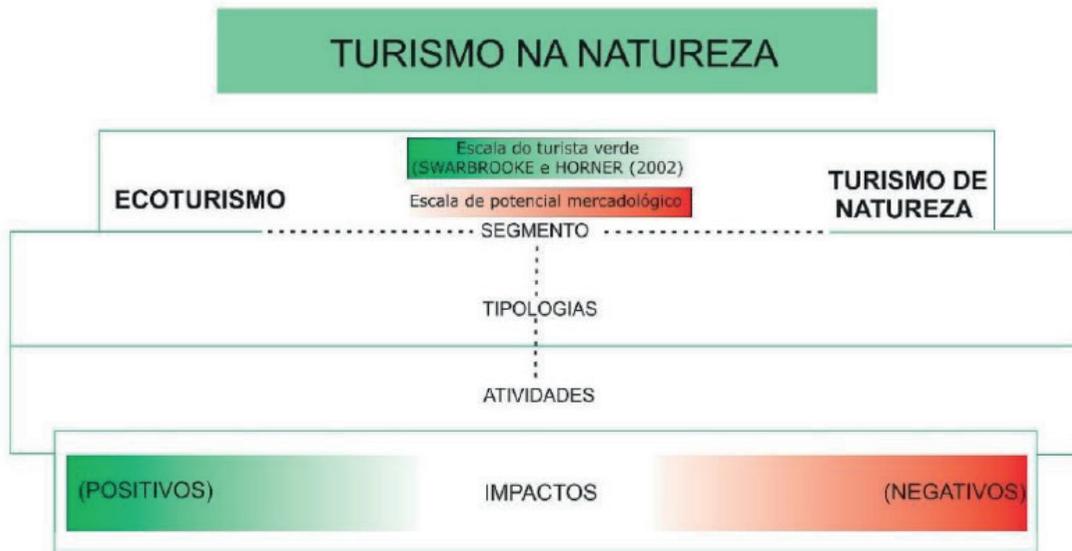
O termo Turismo de Natureza parece ser o mais adequado e vê-lo como um seguimento de mercado é o mais apropriado. Pouco utilizado, o termo não nega a existência de impactos ambientais e concebe que a base da motivação turística e o deslocamento dos fluxos turísticos das áreas emissoras para as receptoras ocorrem, predominantemente, a partir de aspectos da natureza e da paisagem. Os aspectos socioculturais e os *arranjos turísticos* das áreas receptoras servem de complemento, facilitando sua prática e desenvolvimento. Esse *segmento turístico* congrega *tipologias turísticas* que se utilizam, direta ou indiretamente, da natureza, consumindo-a como um produto de mercado. Ele explora os valores ambientais que permeiam a sociedade atual, potencializando os aspectos do Romantismo e do Naturalismo presentes no movimento ambientalista, abordados no item anterior.

Para Lima (2020), Martins (2018) e Silva (2006), do segmento Turismo de Natureza derivam as tipologias: Turismo de Aventura, Turismo Rural, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Contemplação, Turismo Desportivo, Turismo Recreativo em áreas naturais (balneários, por exemplo). Essas tipologias são definidas a partir das características das paisagens, sendo possível assumir o caráter mercadológico da atividade e sua capacidade de causar impactos nas áreas receptoras de fluxos turísticos. Coloca-se em pauta o perfil do turista que procura tais tipologias, a influência que as concepções ambientalistas exercem sobre ele e sua pouca experiência e vivência com os ambientes visitados.

Martins e Silva (2018) e Lima (2020) se colocam no desafio de pensar em um modelo, em uma representação, que sintetize a hierarquização da dinâmica e a concepção do Turismo de Natureza. A hierarquização prevê que o Turismo de Natureza abarque as atividades turísticas que não se encaixam na perspectiva da conservação, da consciência ambiental e que não devem ser nomeadas Ecoturismo, criando assim um espectro conceitual que visa elucidar a imbricada discussão que envolve os dois termos-conceitos. A Figura 3, portanto, objetiva elucidar as práticas que existem a partir do mercado, o qual é o grande indutor na elaboração dos produtos turísticos que estão no bojo desses segmentos – Turismo de Natureza e Ecoturismo.



Figura 3: Hierarquização da concepção de segmento, tipologia e atividade turística envolvendo o Turismo de Natureza e o Ecoturismo



Fonte: Lima (2020, p. 55)

A figura apresenta algumas hierarquias: o Turismo na Natureza se encontra na base de todo o processo e se relaciona com a paisagem e os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Natureza, seus derivados. Martins e Silva (2018) ressaltam a importância desse modelo sobretudo em função das divergências existentes nos termos Ecoturismo e Turismo de Natureza. Para os autores, o mercado costuma “abusar” do termo ecoturismo tornando-o uma grife e ignorando a filosofia e princípios que são particulares a ele. Para Lima (2020, p.50):

[...] a popularidade do Ecoturismo também pode ser tratada como algo preocupante, uma vez que o “modismo” do segmento tem cada vez mais descaracterizado os princípios que instituíram este tipo de atividade, passando de uma atividade que prima por práticas conservacionistas, para uma modalidade turística que visa propiciar, quase que exclusivamente, status para seus praticantes. Tal preocupação se justifica pelo fato de que, geralmente, o Ecoturismo é desenvolvido em ambientes frágeis, e a falta de engajamento na preservação e na conservação dos referidos locais pode acarretar danos irreversíveis a estes ambientes.

Retoma-se a ideia de que em consequência disso o Turismo de Natureza é, em grande parte, uma fusão dos ideais e das concepções racionalistas

e, ao mesmo tempo, ironicamente, do Romantismo e do Naturalismo. O mercado, representado pelo *trade* turístico, vê pragmaticamente o uso das áreas naturais por meio da racionalização das atividades e do desenvolvimento de produtos específicos. O *trade* elege destinos de maior e menor importância, valora as atividades que serão desenvolvidas e incorpora à lógica de mercado valores muitas vezes intangíveis, até a instalação do Turismo em uma determinada área. Quanto mais singulares e complexos forem os processos naturais presentes em uma área e quanto menor a influência humana sobre ela, maior será sua capacidade de atratividade e, portanto, sua relevância mercadológica.

Por sua vez, os ideais do Romantismo e do Naturalismo se encontram presentes nos anseios e nos desejos dos turistas, os quais, muitas vezes, estão dispostos a pagar valores elevadíssimos pelo convívio com o *éden perdido* por um período efêmero. Os turistas, consciente ou inconscientemente, acabam por buscar, nesse convívio, uma natureza muito distante do seu cotidiano. Eles buscam um *ambiente equilibrado*, permeado por condicionantes bucólicos ou desafios a serem vencidos, um *mundo selvagem*, cujo imaginário criado pela atividade turística lhes permite sair do *ethos da modernidade* e, com isso, resgatar algo que, na verdade, nunca tiveram, criando-se, assim, um *neomito* natureza. Como destaca Diegues (1996, p.62):

[...] o chamado "turismo ecológico", realizado em parques e reservas está também imbuído desse neomito de natureza intocada e selvagem. Ao contrário, no entanto, dos objetivos dos primeiros parques norte-americanos, o turismo ecológico é ainda mais elitista, reservado aos que podem pagar tarifas especiais.

Consideramos, assim, que Turismo de Natureza é de fato um *segmento do mercado turístico* que agrega *tipologias turísticas*, cujos produtos advêm, prioritariamente, de ambientes naturais conservados ou que estão correlacionados diretamente a eles, os quais mantêm certo equilíbrio dinâmico devido à pouca presença de impactos ambientais. O Turismo de Natureza corresponde a um *segmento de mercado* que supervaloriza o contato e a inter-relação com a *natureza*, em contraponto com o urbano, por meio da percepção e realização de experiências pouco convencionais em áreas urbanas. Independentemente da intensidade do fluxo turístico, ele causa impacto ambiental durante sua prática, o que muitas vezes compromete, ao longo do tempo, a qualidade do produto turístico oferecido.

De maneira geral, as características que diferenciam o Turismo de Natureza de outros segmentos são e podem ser assim definidas: ocorre inde-

pendente das estruturas formais; é estimulado pelo interesse de mercado; nem sempre existe preocupação ambiental e social; é estimulado pelo lócus da natureza (seja por retorno as raízes, risco, descanso); há pouco investimento; não ocorre obrigatoriamente em áreas protegidas; o interesse nas questões ambientais é superficial; ocasiona impactos ambientais e sociais que nem sempre são notados ou mesmo levados em consideração pelos turistas e pelo mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Face ao exposto, fica evidente que a discussão conceitual posta está longe de ser efetivamente aceita e de provocar uma mudança significativa imediata nas características do mercado de Turismo, principalmente no que envolve a exploração de áreas naturais conservadas. O predomínio de ideais mercadológicos, a ausência de uma homogeneidade nos conceitos, a falta de normatização, regulamentação e profissionalização das atividades envolvidas nos *segmentos do Turismo de Natureza e Ecoturismo* e, por consequência, nas *tipologias de turismo alternativo e turismo de aventura*, têm contribuído para o agravamento dos impactos ambientais derivados dessas atividades. Essa condição não pode ser naturalizada e deve ser analisada e debatida.

Ao mesmo tempo, observa-se que os municípios, onde as atividades têm ocorrido, estão tendo seus patrimônios naturais e socioculturais muitas vezes depreciados sob o discurso ambientalista e mesmo sob o manto do *turismo sustentável*, que traz consigo a égide ambiental. Isso, nesse bojo de aspectos mercadológicos, econômicos e desenvolvimentistas de curto prazo, têm prevalecido em detrimento dos interesses das comunidades locais, as quais, muitas vezes, não têm condições de reagir por falta de articulação ou por desconhecimento. Em conclusão, essa situação precisa ser revista, de forma que os conceitos aqui discutidos, Turismo de Natureza e Ecoturismo, sejam assumidos em sua essência e significado.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. H. **Representação da natureza, transformações espaciais e turismo em Brotas (SP)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- AOUN, S. Paraíso à vista – os jardins do éden oferecidos pelo turismo. *In*: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.
- BRASIL. EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994.
- CARVALHO, I. C. de M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism, and protected areas**. The World Conservation Union (IUCN), 1996. Disponível em: <https://portals.iucn.org/docs/library/html/Tourism/cover.html>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 19.ed. São Paulo: Global, 1997. p. 104
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- EICHENBERG, F. O.; SILVA, C. A. Turismo de natureza: a relação homem/natureza e os seus desdobramentos a partir dessa categoria de turismo. *In*: ANJOS, F. A. dos; ANGELI, N. P.; LIMBERGER, P. F. (org.). **Turismo e hospitalidade no Brasil**. 1. ed. v.1. Itajaí: Univali, 2013. p. 165-192.
- FARIA, M. O. de. O mundo globalizado e a questão ambiental. *In*: NEIMAN, Z. (org.). **Meio ambiente: educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus Editora, 2002.
- LEMOS, A. I. G. de. **Turismo: impactos sócioambientais**. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70-LDA, 1990.
- LIMA, B. de S. A natureza no (do) turismo de natureza. *In*: SILVA, C. A. da; MORETTI, E. C. (org.). **Mato Grosso do Sul: escala, paisagem e natureza**. Porto Alegre: TotalBooks, 2020. p.37-63.
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.
- MARTINS, P. C. S. **As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia: complexidades do Pantanal sul-matogrossense e suas potencialidades para o Turismo de Natureza**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.
- MARTINS, P. C. S.; SILVA, C. A. da. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 487-505, 2018.
- McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de

Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

McKERHER, B. **Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

PIRES, P. dos S. **As dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

PIRES, P. dos S. Caracterização e análise visual da paisagem rural com enfoque turístico: uma contribuição metodológica. **Turismo-Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 4, n. 8, p. 83-98, 2001.

PIRES, P. dos S.. **Proposta para a adequação da tipologia e para a identificação dos componentes biofísicos dos atrativos naturais nos destinos de ecoturismo no Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, v.7, n.3, set./dez. 2013. p. 398-418.

PIRES, P. S. (2005). **Entendendo o ecoturismo**. In L.G.G. Trigo (Ed.). Análises regionais e globais do turismo brasileiro (pp. 483-494). São Paulo, SP: Roca.

RODRIGUES, A. B. **Geografia e Turismo: notas introdutórias**. Revista do Departamento de Geografia, v. 6, p. 71-82, 2011.

\_\_\_\_\_. (Organizadora). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2º Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. (Organizadora). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997c.

SERRANO, Célia e PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. **(Eco)turismo e meio ambiente no Brasil: territorialidades e contradições**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Editor). Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005, pp. 506-515.

SERRANO, Célia. **O "produto" ecoturístico**. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Organizadora). Turismo: como aprender, como ensinar. 2ª Edição. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2001, pp. 203-234. Volume 01.

SILVA, C.A. da. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2006.

SOUZA, Maria José de (Organizadora). **Políticas públicas e o lugar do Turismo**. Brasília: UNB, Departamento de Geografia, Ministério do Meio Ambiente, 2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. 3ª Reimpressão. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, Volume 01, 1999.

VALE, C. C.. **Teoria Geral do Sistema: Histórico e Correlações com a Geografia e o estudo da paisagem**. Entre Lugar, v. 6, p. 85-108, 2012.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Organizador). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

VERDUM, R.; VIEIRA, L. de F. dos S.; PIMENTEL, M. **As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem**. Espaço Aberto, v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016.

VIEIRA, António A. B. A. **Serra de Montemuro: dinâmicas geomorfológicas, evolução da paisagem e patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

WEARING, Stephen e NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.

WESTERN, David. **Definindo ecoturismo**. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald D. (Editores). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1995, pp.13-22.

# SOBRE OS AUTORES



## **ABIMAEEL CEREDA JUNIOR**

E-mail: [ceredajunior@geografiadascoisas.com.br](mailto:ceredajunior@geografiadascoisas.com.br)

Geógrafo, Mestre e Doutor em Engenharia Urbana pela UFSCar e Especialista em Geoprocessamento. Atua profissionalmente nas áreas de Análise Espacial de Dados Geográficos, WebGIS e Planejamento Urbano, SmartCities e Agricultura Digital. Docente em cursos de Pós-Graduação no Brasil, Paraguai e Peru nas áreas de Agricultura de Precisão, Geoprocessamento, Análise e Visualização de Dados Geográficos e Transformação Digital.

## **ADALTO MOREIRA BRAZ**

E-mail: [adaltobraz.geografia@gmail.com](mailto:adaltobraz.geografia@gmail.com)

Especialista em geoprocessamento, atuando no setor florestal. Pesquisador dos grupos de pesquisa: Geografia de Paisagens Tropicais - PAISAGEO (UFPE), Geoecologia das Paisagens do Cerrado (UFG) e Diretrizes de Gestão Ambiental com Uso de Geotecnologias - DIGEAGEO (UFMS). É Geógrafo e Mestre em Geografia pela UFMS, e Doutor em Geografia pela UFG. Tem como principais interesses de pesquisa os temas de Geoinformação, Geossistemas, Paisagem e Planejamento.

## **ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ**

E-mail: [adriano.figueiro@ufsm.br](mailto:adriano.figueiro@ufsm.br)

Geógrafo, com mestrado em Geografia pela UFSC e doutorado em Geografia pela UFRJ. Pós-doutorado em Geoconservação pela Universidade do Minho (Portugal). Professor Associado do Departamento de Geociências da UFSM. Líder do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água (PANGEA) e coordenador do Observatório de Paisagens Antropocênicas (OBSERPA).

## **ALFONSO GARCÍA DE LA VEGA**

E-mail: alfonso.delavega@uam.es

Doutor em Geografia. Pesquisador predoctoral (Ministério da Educação e Ciência) e fez estágios em universidades da Aix-Marseille II, Innsbruck e Adelaide. Professor e pesquisador no Departamento de Didáticas Específicas na Faculdade de Formação do Professorado e Educação na Universidade Autónoma de Madrid (UAM-España). Foi vice-reitor de pesquisa e inovação e coordenador do Máster Didácticas na UAM. Foi professor visitante nas universidades da Unijuí, UEPG, UFFRRJ, UnB, USP, Unicamp, UFRS, Padova, Antioquia, HUFS. Coordina Grupo Pesquisa (Paisagem, Patrimônio e Educação). Dirigiu 5 teses.

## **ANTÓNIO AVELINO BATISTA VIEIRA**

E-mail: vieira@geografia.uminho.pt

António Vieira é geógrafo, doutorado em Geografia pela Universidade de Coimbra. É Mestre em Geografia, área de especialização em Geografia Física e Estudos Ambientais e Licenciado em Geografia, especialização em Estudos Ambientais pela Universidade de Coimbra. É professor auxiliar no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, desenvolvendo atividades de investigação como membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho (CECS-UMinho), do qual é Diretor-adjunto. É membro de diversas organizações científicas, nomeadamente a Associação Portuguesa de Geomorfólogos (APGeom), a Associação Portuguesa de Geógrafos (APG) e a Riscos – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, sendo seu vice-presidente. É também membro da FUEGORED e coordenador da FESP-in.

## **BARTOLOMEU ISRAEL DE SOUZA, UFPB**

E-mail: bartolomeuisrael@gmail.com

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1995), Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (1999), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e Pós-doutorado em Biogeografia pela Universidad de Sevilla - Espanha (2013 e 2021). É professor associado da Universidade Federal da Paraíba, estando lotado no Departamento de Ge-

ociências. É pesquisador do CNPq. Leciona nos cursos de graduação em Geografia, Biologia e Engenharia Ambiental e na pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia e Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/UFPB. Tem experiência na área de Geografia Física e Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: desertificação, manejo dos solos, relação planta x microclima x solo e Biogeografia de caatinga.

**BRUNO DE SOUZA LIMA**

E-mail: bruno\_mxsl@hotmail.com

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bacharel em Turismo, com ênfase em ambientes naturais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Experiências como pesquisador e docente na área de turismo e geografia, com ênfase em ambientes naturais. Interesses de pesquisas, dentre outros assuntos: turismo e meio ambiente, ecoturismo, paisagem, geossistema, geotecnologia. Atualmente, cursando doutorado em Geografia, linha de pesquisa Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza, pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

**CARLOS HIROO SAITO**

E-mail: carlos.h.saito@hotmail.com

Professor Titular da Universidade de Brasília, Departamento de Ecologia / Instituto de Ciências Biológicas e Centro de Desenvolvimento Sustentável. Biólogo, Doutor em Geografia, atua em pesquisas interdisciplinares. Ele trabalha com modelagem conceitual para alfabetização científica e educação ambiental, e busca uma abordagem sistêmica para compreender os processos sociais e ambientais, em diferentes escalas territoriais. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. ORCID: [orcid.org/0000-0002-5757-9629](https://orcid.org/0000-0002-5757-9629)

**CHARLEI APARECIDO DA SILVA**

E-mail: chgiu@hotmail.com

Geógrafo. Doutor em Geografia pela Unicamp (2006). Mestre em Ge-

ociências pela Unesp de Rio Claro (2001). Realizou pós-doutoramento na Unesp de Presidente Prudente, no curso de Geografia, no ano de 2014. Docente e pesquisador do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Coordenador do Laboratório de Geografia Física (LGF-NEEF). Editor científico da Revista Brasileira de Climatologia e da Revista Entre-Lugar. Consultor ad hoc de agências de fomento. Parecerista de periódicos científicos nacionais e internacionais. Possui experiência nas áreas de Climatologia Geográfica, Dinâmicas territoriais, Paisagem e Turismo de Natureza.

### **CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA**

E-mail: [crisoliveira@ufg.br](mailto:crisoliveira@ufg.br)

É geógrafa (bacharel e licenciada) e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Presidente Prudente (SP). Atua em pesquisas relacionadas aos estudos teóricos e práticos das paisagens e geossistemas com ênfase em mapeamentos e análises da estrutura e processos dominantes. Atualmente é Geógrafa do Laboratório de Geoinformação, Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos/ Universidade Federal de Jataí - Jataí (GO).

### **DANIEL MORAES DE FREITAS**

E-mail: [daniel-moraes.freitas@ibama.gov.br](mailto:daniel-moraes.freitas@ibama.gov.br)

Possui graduação em Ciências Biológicas (Universidade Católica de Brasília - UnB), especialização em Gestão de Políticas Públicas Ambientais (Escola Nacional de Administração Pública - ENAP) e mestrado em Geociências Aplicadas pela UnB. Analista Ambiental do IBAMA desde 2007. Possui experiência em gerenciamento de projetos de monitoramento ambiental e disponibilização de dados em ambiente de geoserviços.

### **DENIS RICHTER**

E-mail: [drichter78@ufg.br](mailto:drichter78@ufg.br)

Pós-Doutor em Geografia pela Universidad Autónoma de Madrid/Espanha, Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista

(UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Professor no curso de graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisa sobre Ensino de Geografia, Cartografia Escolar e Formação de Professores de Geografia.

**DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY**

E-mail: dircesuerte@gmail.com

Professora Titular- Emérita da UFRGS. Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1972), mestrado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1988). Foi professora na FIDENE, atual UNIJUI, entre 1973 e 1982, na UFSM entre 1978 e 1985 e UFRGS desde 1985. Atua no campo da de Geografia, com ênfase nos estudos da natureza e Epistemologia da Geografia. Coordena o grupo de pesquisa Arenização/desertificação: questões ambientais/ CNPq. Presidente da AGB biênio 2000-2002. Presidente da ANPEGE biênio 2016-2017. Atua no curso de Pós-graduação em Geografia da UFRGS e UFPB.

**EBER PIRES MARZULO**

E-mail: eber.marzulo@ufrgs.br

Eber Marzulo, Professor Titular da Faculdade de Arquitetura/UFRGS; Professor e Pesquisador dos Programas de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e Segurança Cidadã (PPGSeg)/UFRGS; Coordenador do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT)/CNPq; Pesquisador do CEGOV/UFRGS; Membro da Coordenação do Fórum Cidade, Favela e Patrimônio; Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ); Cientista Social (UFRGS).

**EDILSON DE SOUZA BIAS**

E-mail: edbias@gmail.com

Geógrafo, Mestre em Geociências e Doutor Geografia pela UNESP – Campus de Rio Claro - SP. Professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília e do Programa de Pós-Graduação em Geociências Aplicadas e Geodinâmica. Membro da UN-GGIM-Acadêmica e do GISFo-

rAll. Desenvolve pesquisas na área de Normalização de dados cartográficos para SIG, Infraestrutura de Dados Espaciais e Smart Cities.

**EDSON EYJI SANO**

E-mail: edson.sano@gmail.com

Geólogo pela Universidade São Paulo (USP), mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Ph.D. em Ciência do Solo pela Universidade do Arizona, EUA. Pesquisador da Embrapa Cerrados, Planaltina, DF desde 1989. Experiência na análise e processamento digital de imagens de satélite ópticas e de radar do Cerrado e da Amazônia.

**EDSON SOARES FIALHO**

E-mail: fialho@ufv.br

Graduado (Bacharel e Licenciado em Geografia, UFRJ, 1998). Mestrado (Geografia, UFRJ, 2002). Doutorado (Geografia Física, USP, 2009). Pós-Doutor (Geografia, UFJF, 2018). Professor Associado III do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa. Membro do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG e UFES. Coordenador do PIBID-Geografia-UFV. Coordenador do Laboratório de Biogeografia e Climatologia (Bioclima-UFV) e pesquisador do Núcleo de Estudos Climáticos em Territórios Apropriados (NESCTA-UFJF-UFV). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Climatologia Geográfica.

**EDUARDO SALINAS CHÁVEZ**

E-mail: esalinasc@yahoo.com

Doctor en Geografía por la Universidad de La Habana, Cuba. Master en Gestión Turística para el Desarrollo Local y Regional por la Universidad de Barcelona, España. Posdoctorado en Geografía por la UFGD, Brasil. Profesor Titular jubilado de la Universidad de La Habana. Profesor y tutor de diversos programas de posgrado en América Latina, tutor de 37 tesis de maestría y 10 de doctorado. Publicados 14 libros, 36 capítulos y 76 artículos científicos. Investiga en Geoecología, Ordenamiento Territorial y Turismo.

Actualmente Profesor Visitante en la UFMS, Brasil

**GABRIELLA EMILLY PESSOA**

E-mail: [gabriellaemilly@gmail.com](mailto:gabriellaemilly@gmail.com)

Possui graduação em Geografia pela Universidade de Brasília (2021). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: geodiversidade, geoconservação, variação dos valores da paisagem, potencial educacional científico, dinâmica da paisagem, modelagem de bacia de drenagem urbana, fluxo de água, pontos de acumulação de água, planejamento urbano superficial, matriz de água de drenagem, geopatrimônio, patrimônio hidrológico, hidrogeomorfologia, modelo de avaliação, áreas protegidas, meio ambiente, políticas públicas, informação espacial, geoprocessamento, áreas prioritárias para conservação de biodiversidade.

**IGOR DE ARAÚJO PINHEIRO**

E-mail: [docenciando@gmail.com](mailto:docenciando@gmail.com)

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professor do quadro efetivo das Secretarias de Estado da Educação (SEDUC), dos Estados do Piauí e Maranhão. Pesquisa sobre Ensino de Geografia, Cartografia Escolar e Paisagem.

**JOMARY MAURÍCIA LEITE SERRA**

E-mail: [jomaryserra@gmail.com](mailto:jomaryserra@gmail.com)

Graduada em engenharia agrônoma pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Fez especialização em Gestão Ambiental nas Faculdades Integradas de Jacarepaguá - FIJ e especialização em Gestão Pública na Universidade do Estado da Bahia - UNEB. É mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - UnB e atualmente está concluindo doutorado em Geografia na Universidade de Brasília desenvolvendo pesquisa relacionada a Análise de Sistemas Naturais em áreas de Patrimônio Mundial Natural no estado da Bahia. Apaixonada pela natureza e pelo mar!

## **JOSEILSON RAMOS DE MEDEIROS**

E-mail: joseilson.ramos@gmail.com

Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: desertificação, Biogeografia e diversidade Florística da caatinga.

## **KAREN APARECIDA DE OLIVEIRA**

E-mail: kaadeoliveira@gmail.com

Possui graduação em geografia bacharelado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011), mestrado em Gestão do Território do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2015), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, cuja a temática da pesquisa é sobre geopatrimônio, patrimônio hidrológico e fluvial.

## **LUCAS COSTA DE SOUZA CAVALCANTI**

E-mail: lucas.cavalcanti@ufpe.br

Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia (UFPE). Foi Professor Assistente na UPE/Petrolina. Atua como colaborador do Plano de Ação Nacional para Conservação da Ararinha Azul. É Professor Adjunto da UFPE onde lidera o Grupo de Pesquisa Geossistemas e Paisagem e é pesquisador do Grupo de Estudos do Quaternário do Nordeste Brasileiro. Também atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia e coordena o Mestrado Profissional em Ensino de Geografia. Possui experiência e interesses de pesquisa em Cartografia de paisagens e no Domínio das Caatingas.

## **LUCILE BIER**

E-mail: lubier@gmail.com

Lucile Lopes Bier, Geógrafa, Mestre em Geografia, servidora pública federal no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), possui experiência na área ambiental, especialmente

com Licenciamento Ambiental de Parques Eólicos: impactos socioeconômicos e na paisagem. Atuou na elaboração de Planos de Manejo e na segunda fase do Zoneamento Eólico do Estado do RS.

**LUCIMAR DE FÁTIMA DOS SANTOS VIEIRA**

E-mail: [lucymarvieira@gmail.com](mailto:lucymarvieira@gmail.com)

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bióloga e Geógrafa. Professora Doutora do Departamento Interdisciplinar, Campus Litoral/UFRGS e PPG em Geografia/IGEO/UFRGS. Coordenadora do curso de Licenciatura em Geografia, modalidade Ensino a Distância da UFRGS. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Laboratório da Paisagem – PAGUS e no Grupo de Pesquisa: Arenização/Desertificação: Questão Ambiental (UFRGS).

**PATRÍCIA CRISTINA STATELLA MARTINS**

Email: [martinspatriciacristina@gmail.com](mailto:martinspatriciacristina@gmail.com)

Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2000). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007) e Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2018). Parecerista ad hoc de periódicos científicos. Docente efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora associada ao GESTHOS – Grupo de estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade. Possui experiência nas áreas de Turismo, Turismo de Natureza e Gestão do Turismo e Hospitalidade.

**RAFAEL BRUGNOLLI MEDEIROS**

E-mail: [rafael\\_bmedeiros@hotmail.com](mailto:rafael_bmedeiros@hotmail.com)

Geógrafo. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Pós-doutorando em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pela Universidade Estadual do Maranhão. Linhas de Pesquisa: recursos hídricos, cartografia das paisagens, dinâmicas territoriais, planejamento ambiental.

**ROBERTO VERDUM**

E-mail: verdum@ufrgs.br

Roberto Verdum, Professor Doutor do Departamento de Geografia/IGEO, PPG em Geografia/IGEO e PPG em Desenvolvimento Rural/FCE/UFRGS. Pesquisador no Laboratório da Paisagem - PAGUS e no Grupo de Pesquisa: Arenização/Desertificação: Questão Ambiental (UFRGS). Temas de pesquisa: análise ambiental, paisagem, desertificação e arenização. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

**RÔMULO JOSÉ DA COSTA RIBEIRO**

E-mail: rjcribeiro@unb.br

Geólogo (1999), Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2003 e 2008), pela Universidade de Brasília. Professor Associado da Universidade de Brasília. Coordena o Núcleo Brasília do INCT do Observatório das Metrôpoles/IPPUR/UFRJ, desde 2009. Coordena o Grupo de Pesquisa Núcleo Brasília, no qual são estudadas questões espaciais em apoio à compreensão e ao planejamento urbano e ambiental.

**RUBENS TEIXEIRA DE QUEIROZ, UFPB**

E-mail: rbotanico@gmail.com;

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2004), mestrado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (2006) e doutorado em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2012) e Pós-doutorado pela Universidade de Brasília - UNB/EMBRAPA (2013). Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba - UFPB/DSE - João Pessoa - PB. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Botânica, atuando principalmente nos seguintes temas: Chamaecrista, Tephrosia, Arachis, Fabaceae (Leguminosae), estudos florísticos com herbáceas e conhecimento de flora na Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.

**SANDRA BARBOSA**

E-mail: msandrabs@gmail.com

Mestre em Geografia na temática de Gestão Territorial pela Universidade de Brasília - UnB concluído no ano de 2018. Possui curso de Especialização (latu sensu) em Geoprocessamento concluído na mesma universidade no ano de 2012 e Bacharelado em Geografia, concluído no ano de 2002, na UnB. Tenho experiência na área de gestão de equipes técnicas na linha de trabalho/pesquisa de Geoprocessamento e atuei como Coordenadora designada e nomeada oficialmente com essa finalidade por um período de 3 anos e 11 meses no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e posteriormente no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, entre os anos de 2006 e 2010. Atuo por mais de vinte anos em análise de limite de Unidade de Conservação Federal abrangendo toda a problemática de interpretação cartográfica dos elementos componentes do perímetro dessas áreas. Ocupei de 2011 até julho de 2016 a função de Chefe de Serviço de Cartografia no ICMBio no apoio à Regularização Fundiária de UC Federal. Atualmente atuo em atividades relacionadas a análises espaciais de modo geral no que tange às áreas das UCs federais, desde análise de limites geográficos e de sobreposição entre áreas até gestão de informações espaciais. Participei até o ano de 2012 do Comitê de Infra Estrutura de Dados Espaciais da INDE como representante oficial do ICMBio sendo suplente e/ou titular. Participei de duas bancas examinadoras de conclusão de curso de graduação, no departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília.

**VALDIR ADILSON STEINKE**

E-mail: valdirs@unb.br

Geógrafo, Mestrado em Geologia, Doutorado em Ecologia. Professor no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Coordenador do Laboratório de Geoiconografia e de Multimídias – LAGIM e do Núcleo de Estudos da Paisagem – VERTENTE.

## **VENÍCIUS JUVÊNIO DE MIRANDA MENDES**

E-mail: [venicius.unb@gmail.com](mailto:venicius.unb@gmail.com)

Professor de Geografia com experiência em docência para o ensino superior, médio e fundamental. Doutor em Geografia, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (GEA/UnB). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - (CDS/UnB). Graduado em Geografia com dupla habilitação - Bacharel e Licenciado. Experiência em projetos de pesquisa na área de saúde com financiamento (CNPq, FAP/DF e FAPEG). Experiência profissional em conservação e preservação ambiental, conservação de recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas e pesquisas socioambientais, desenvolvimento de materiais didáticos, educação geográfica e docência, além de trabalhos com geoprocessamento. Além disso atua nas áreas de comunicação e programação visual, como destaque para editoração de livros, produção de identidades visuais especialmente para atividades acadêmicas. Produção de materiais audio-visuais voltados para o ensino e divulgação científica.

